

# Figuras de resistência\*

José Newton Garcia de Araújo<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Belo Horizonte, MG)

Neste artigo, a questão da resistência é discutida com base em seu caráter polissêmico, plural e ambíguo, pois ela pode ocorrer ora no sentido da invenção ou da criatividade, ora no sentido das forças conservadoras ou de conformismo, ou ainda nas duas direções ao mesmo tempo. Essas tendências são aqui evocadas nos planos macro e micros social. No terreno das organizações do trabalho, a resistência pode apresentar-se sob a forma de minúsculos eventos, às vezes invisíveis ou mesmo enigmáticos, no caso de serem portadores de reações igualmente ambíguas de transformação ou de conservação da realidade do trabalho. Neste texto, são apresentados três casos extraídos de relatos de trabalhadores às voltas com agudos estados de sofrimento decorrentes de condições insuportáveis de trabalho. Esses casos referem-se a condutas inesperadas e difíceis de serem interpretadas: elas são discutidas neste estudo.

Palavras-chave: Resistência, Criatividade, Conformismo, Ambiguidade, Sofrimento no trabalho.

## Figures de résistance

Dans cet article, la question de la résistance est discutée à partir de sa dimension polysémique, plurielle et ambiguë, en tant qu'elle peut tendre soit vers l'invention ou la créativité, soit vers les forces de conservation ou de conformisme, soit vers les deux directions à la fois. Ces tendances sont ici évoquées aux plans macro et micros social. Sur le terrain des organisations du travail, la résistance peut se présenter sous la forme de menus événements, parfois invisibles ou même énigmatiques, car porteurs de réactions également ambiguës de transformation ou de conservation de la réalité du travail. Dans ce texte sont présentés trois cas extraits de récits de travailleurs aux prises avec des aigus états de souffrance découlant de conditions de travail insupportables. Ces cas relèvent de conduites inattendues et difficiles à interpréter: elles sont ici discutées.

Mots-clés: Résistance, Créativité, Conformisme, Ambiguïté, Souffrance au travail.

## Sketches of resistance

In this article, the question of resistance is discussed based on its polysemic, plural and ambiguous dimension. Indeed, it may lead to inventiveness or creativity, as well as to the conservation and conformism. Sometimes it can even go to both directions. These trends are evoked through their macro and micro-social aspects. On the ground of work organizations, the resistance can be characterized by small, invisible or enigmatic events, when it refers either to reactions of transformation or conservation of the work reality. This text discusses three cases extracted from narratives of workers pain from really unendurable working conditions. Those cases present unexpected behaviors whose interpretation is difficult because they are equally ambiguous and not easily assimilated to the notion of resistance.

Keywords: Resistance, Creativity, Conformism, Ambiguity, Pain at work.

## Introdução

Em uma obra coletiva, elaborada em torno da oposição “dominação-resistência” (Ferreira et al., 2011), da qual participei como coautor, o conceito de resistência foi deliberadamente discutido em sentido quase unívoco, ou seja, aquele de uma ação política no interior das organizações do trabalho, enfrentando sistemas de gestão nocivos à autonomia e à saúde dos trabalhadores. Desde então, eu havia alimentado a ideia de retomar a discussão, ressaltando o “sentido plural” do conceito – evidenciado por Lhuilier e Roche (2009) na introdução de um

\* Publicado originalmente em: *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 15 (1), 45-58, 2013. DOI: 10.3917/nrp.015.0045

<sup>1</sup> Psicólogo. Professor na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

número da *Nouvelle Revue de Psychosociologie* (NRP) dedicado a esse tema.<sup>2</sup> Segundo estes autores, que discutem o alcance polissêmico e ambíguo da resistência, esta seria mesclada de negação e afirmação, de conservação e criação, de reatividade e atividade. Com efeito, essa noção se refere a

[...] fenômenos percebidos às vezes negativamente (resistência à verdade de si, no campo da psicanálise, resistência à mudança, no campo da gestão), às vezes positivamente (resistência à exploração, à dominação, à sujeição, à opressão...). Sentido plural, no registro cognitivo, julgamentos de valor, às vezes opostos quanto ao eixo axiológico, parecem caracterizar essa noção. Ela aparece, pois, situada tanto ao lado da conservação, do *status quo*, do arcaico, quanto ao lado da transformação e da emancipação (Lhuillier & Roche, 2009, p. 11).

Para o presente texto, vou me servir do número da NRP que acabei de citar, a fim de discutir alguns relatos (adiante, serão apresentados três casos) de sofrimento de trabalhadores em face de pesadas pressões no trabalho. Trata-se de comportamentos que sem dúvida remetem a traços de resistência, mas que, no entanto, não são facilmente assimiláveis a este conceito. Além disso, devido a seus aspectos ambíguos e contraditórios, às vezes envoltos em certa obscuridade, a análise desses comportamentos estará sempre sujeita a novas interpretações, talvez mesmo opostas umas às outras.

## Observações preliminares

Antes de abordar a discussão dos três casos, retomo algumas considerações teóricas sobre a questão da resistência, buscando justamente assinalar seus aspectos ambíguos, contraditórios ou convergentes.

Tomemos, em primeiro lugar, o seu lado emancipatório. No plano macrossocial, conhecemos muitas figuras de resistência contra as diversas formas de regimes de opressão. Além dos grandes eventos que marcaram a história moderna, desde a Revolução Francesa até a eclosão da “Primavera Árabe”, acrescentemos aqueles que têm um forte significado simbólico, como o Maio de 68 (a imaginação no poder) ou, mais recentemente, o movimento dos “Indignados” na Europa, “Occupy Wall Street”, as manifestações de rua que eclodiram em junho de 2013, no Brasil, assim como os movimentos já consolidados – MST, GLBT e tantos outros – e muitas outras formas de luta que expressam um desejo coletivo de mudança.

No mundo do trabalho, as greves constituem a estratégia clássica de luta contra a exploração dos trabalhadores. No entanto, no plano microssocial também ocorrem eventos menos visíveis, pequenos combates situados em diferentes instituições e organizações (família, escola, igreja, comunidades, grupos), incluindo as organizações de trabalho.

De outro lado, que aponta para a resistência reativa, conservadora, citamos, no nível macrossocial, os comportamentos próximos ao conformismo ou à apatia política. A esse respeito, Enriquez (2009, p. 187) pergunta se, em nossas sociedades ditas democráticas, a resistência [ativa, transformadora] não corre o risco de diminuir ou mesmo desaparecer, em razão de uma “opressão onipresente, sutil e insidiosa”, pelo fato de os possíveis movimentos de resistência não terem mais “inimigos precisos e violentos para se combater, mas líderes sedutores que induzem as pessoas a uma servidão voluntária”. Essa questão remete, pelo menos em parte, a algumas teses evocadas, desde muito tempo, por diferentes autores. Tomemos, por exemplo, *O homem unidimensional* (Marcuse, 1964). O autor vê a sociedade contemporânea democrática como um obstáculo à mudança social, uma vez que ela tenta controlar os

---

<sup>2</sup> Cf.: *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 7, 2009, intitulado *La résistance créatrice* (A resistência criativa), organizado por Dominique Lhuillier e Pierre Roche.

indivíduos, integrando-os ao sistema de consumo a partir de necessidades ilusórias, forjando assim um universo de pensamentos e de comportamentos “unidimensionais”. Baudrillard (1968, 1970, 1982), por sua vez, analisa as novas formas de alienação, em especial a alienação mental induzida pela mercadoria. Nesse “sistema dos objetos”, segundo o autor, os objetos não são mais assimiláveis a uma finalidade que lhes é própria, mas integram-se a um conjunto homogeneizante que acaba transformando o próprio consumidor em objeto. Portanto, consumir é manipular signos, não sendo mais um meio de satisfazer as necessidades primárias, mas uma forma de se colocar em evidência. O consumo torna-se uma verdadeira moral, os indivíduos privilegiam os objetos para alcançar a felicidade. Baudrillard (1982) denomina as massas consumidoras como “maiorias silenciosas”, que “não são boas condutoras da política, nem do social, nem do sentido em geral” (Baudrillard, 1982, p. 7). As maiorias silenciosas não são “nem sujeito, nem objeto” (Baudrillard, 1982, p. 35). Em outro contexto, Enriquez faz alusão à “maioria compacta” que, na peça dramática *Um inimigo do povo*, de Ibsen (1882), condena o doutor Stockmann, justamente ele, que queria resolver o problema das águas contaminadas de sua comunidade. Esse exemplo nos reenvia à política, à indiferença das “massas”, que às vezes fazem o jogo do perseguidor daqueles que querem “remediar o mal”. Em sentido análogo, Dejours (2009, p. 231) assinala que a resistência (política, ativa) “não pode ser algo atribuído a indivíduos comuns. Estes seguem o fluxo das coisas. Não podemos construir uma filosofia política sem saber que os seres humanos são frágeis e não estão dispostos à resistência. A covardia e o oportunismo são as condições humanas habituais”. As considerações a esse respeito são inesgotáveis, principalmente se nos referirmos, sob o ângulo do consumo, aos estudos sobre o narcisismo contemporâneo e o individualismo pós-moderno. Apenas a título de exemplo, lembremo-nos dos livros *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade do hiperconsumo* (Lipovetsky, 2006) e *Vida para consumo* (Bauman, 2008).

No nível microssocial, a vertente da resistência conservadora que bloqueia os movimentos de mudança abrange diversos fenômenos da vida cotidiana. Não é por acaso que esse tema ocupa um lugar especial na teoria psicanalítica. Laplanche e Pontalis mostram o que Freud evidenciou, sob dois aspectos: de um lado, a resistência como entrave ao trabalho analítico: “denominamos resistência tudo aquilo que, nas ações e nas palavras do analisado, opõe-se ao acesso deste ao seu inconsciente” (Laplanche & Pontalis, 1988, p. 420); por outro lado, a resistência ligada ao social, pelo enlace dos níveis científico, institucional e psíquico: “Freud referiu-se à resistência à psicanálise para designar uma atitude de oposição às suas descobertas, pelo fato de elas revelarem os desejos inconscientes e infligirem ao homem uma ‘vexação psicológica’” (Laplanche & Pontalis, 1988, p. 420).

As considerações acima servem apenas para introduzir o tema no campo específico do trabalho. Note-se que se *trabalho* refere-se a toda atividade humana que transforma tanto o mundo quanto o sujeito que trabalha, esse conceito não se aplica somente aos espaços das organizações (fábricas, escolas, igrejas, hospitais, empresas ferroviárias...). Por outro lado, tudo que se passa no interior dessas organizações faz parte da vida social. Uma empresa, privada ou pública, deve, em princípio, observar os fundamentos básicos relativos aos direitos universais do homem, seja no trato de seus empregados, seja em relação à sociedade, no caso dos direitos do consumidor, do respeito ao meio ambiente etc. Além disso, podemos aludir a certas formas de resistência cujo objetivo tem a ver tanto com as relações de trabalho dentro da empresa quanto com as relações sociais mais vastas. É o caso, atualmente, das greves gerais ou das manifestações públicas em vários países da zona do euro. Ora, como movimento de resistência ativa, política, qual a especificidade dessas manifestações de rua, greves gerais? Ou em que elas se diferenciam de uma interrupção do trabalho no interior de uma empresa? Da mesma forma, como é possível distinguir os casos de suicídios dos empregados da Renault que se jogaram, em 2006 e 2007, do quinto andar do prédio em que trabalhavam, e o suicídio daquela mulher do País Basco (ela era uma entre centenas de despejados de suas moradias por execução hipotecária do banco Kutxabank), que se jogou pela janela no momento em que os oficiais chegavam para expulsá-la de seu apartamento?

## Um objeto obscuro

Voltando-nos agora para as organizações do trabalho, vamos abordar as modalidades de resistência supostamente evidentes, sejam elas reativas ou conservadoras, ou mesmo criativas, buscando mudanças. No entanto, tentaremos discutir especialmente aquelas que são difíceis de serem identificadas devido a sua ambivalência e a seu caráter enigmático.

Consideremos, inicialmente, as resistências conservadoras que, no coletivo de trabalhadores, designam as maiorias silenciosas e compactas já mencionadas. A esse respeito, Amado e Enriquez (2011) evocam as cumplicidades entre trabalhadores e as organizações, o que leva a certo masoquismo funcional (segundo uma expressão de Jean Oury). Nesse sentido, o indivíduo experimenta o desejo de contribuir para a vida da empresa e mesmo de descobrir os métodos necessários para fazê-la funcionar. Além disso, ele quer se fazer reconhecer pelos colegas ou superiores, em seu trabalho, seja este alienado ou não. No limite, continuam os autores, certos indivíduos, mesmo não sendo reconhecidos, mesmo adoecendo no trabalho, colaboram para o sucesso da organização.

Aqui, podemos referir-nos igualmente à noção de resistência à mudança, considerada sob um duplo sentido: certos “modos de fazer” podem, com efeito, ser interpretados ora positivamente ora negativamente, conforme a visão daquele que os analisa. Segundo Efros e Schwartz (2009), o olhar do gestor não é o mesmo do ergologista. Esse é o caso dos técnicos de enfermagem que se recusam a utilizar o “elevador de pacientes”, mesmo correndo o risco de contrair uma lombalgia. No olhar do gestor, haveria aí por parte dos trabalhadores uma resistência negativa às mudanças técnicas. Mas a gestão não lhes explicou o objetivo ou a racionalidade da mudança imposta. E nem lhes ofereceu o direito de discuti-la. O ergologista, por sua vez, pode analisar essa recusa positivamente, pois ele a vê como uma reação de saúde, uma necessidade do sujeito de escapar ao insuportável (“invivível”), num debate permanente de normas que remete “ao uso de si pelos outros e ao uso de si por si” (Efros & Schwartz, 2009, p. 38).

De qualquer maneira, a resistência à mudança levanta problemas complexos. André Lévy (1985) já se referia à mudança como um “obscuro objeto de desejo”. Nessa ótica, vou associar tal “obscuridade” a um exemplo que, apesar de ser uma ficção literária, pode levantar uma série de questões referentes à resistência no trabalho. Trata-se do conto de Herman Melville, de 1853, *Bartleby: o escrivão*, que teve grande impacto na crítica literária e na filosofia (Borges, Derrida, Deleuze, Agamben, Hardt e Negri, entre outros) e cujo ponto enigmático é a surpreendente resposta do escrivão ao seu “patrão”, o advogado-narrador que lhe pede para revisar um documento: “preferiria não [fazê-lo]” (*I would prefer not to*). Não vou abordar aqui as múltiplas interpretações (resistência passiva, messianismo, reserva de poder, recusa à autoridade etc.) dessa famosa resposta. De fato, sua opacidade e ambiguidade residem no fato de que ela não exprime uma recusa pura, porque o sentido de “I would prefer” se abre à possibilidade de aceitação, enquanto “not to” denota claramente uma recusa. Enfim, Bartleby se coloca em suspensão, em hesitação. Em relação ao que interessa a este artigo, resalto um aspecto geralmente não mencionado, talvez por parecer óbvio e irrelevante: a narrativa se passa em um escritório e reproduz uma cena de trabalho, um conflito empregador-empregado. Mas foi a partir desse pano de fundo que Melville construiu sua alegoria. Além disso, esse conto e sua trama comovente, da qual não me ocuparei aqui (voltarei a ele adiante), constitui um rico material heurístico para pensarmos as situações de trabalho e, acima de tudo, podermos ampliar nossas reflexões sobre a complexidade e o caráter enigmático da resistência, tão bem retratada na atitude de Bartleby. Efetivamente, a análise de muitas situações ditas de resistência evoca antes novas interrogações, e não esclarecimentos definitivos. Lembremo-nos, a esse propósito, da pertinente observação de Lhuillier e Roche (2009, p. 18): “aquilo em que o homem se apoia para resistir não poderá jamais ser completamente explicado”.

## **A resistência no cotidiano**

O que me levou à presente discussão tem a ver com pequenos gestos, comportamentos, reações etc., que não carregam uma intenção de mudança e podem até mesmo ser interpretados, sob alguns pontos de vista, como condutas de recolhimento, de um “retirar-se da situação”. Trata-se, portanto, de condutas capazes de nos intrigar ou de nos surpreender. Eu as situei do lado dos “atos de resistência mais cotidianos, menos visíveis, menos espetaculares, tenham eles ou não um alcance estratégico” (Lhuillier & Roche, 2009, p. 11). Não se trata de atos discutidos coletivamente, premeditadamente, conscientemente refletidos, mas daqueles que, numa perspectiva clínica, podem ser considerados “críticas em ato, transgressões e manifestações microscópicas de um outro modo de viver e trabalhar” (Efros & Schwartz, 2009, p. 46).

Essas figuras de resistência se multiplicam, sabemos bem, em milhares de situações de trabalho. Como transgressões menos visíveis e microscópicas, lembremo-nos do que a ergonomia francesa e, com ela, as abordagens clínicas do trabalho, definem como transformação do trabalho prescrito em real. Isso designa, sem dúvida, uma resistência ativa e criativa à prescrição, à racionalização taylorista. No entanto, essa passagem do prescrito ao real não é evidente em si mesma, ela não é sempre diretamente observável, mas se realiza, às vezes, através de um processo lento, heterogêneo e multifacetado. Além disso, para o trabalhador que é autor desse processo, muitas vezes essa passagem não lhe chega ao registro da representação, já que ela tem, antes de tudo, o estatuto de experiência vivida, irrefletida, que se produz no nível do corpo, dos afetos, da inteligência prática inscrita no saber fazer.

Observemos, por outro lado, que essas “pequenas” resistências podem ser ambíguas. Lembremo-nos, por exemplo, daquilo que Dejours chamou de “estratégias defensivas”. Segundo ele, “todas as estratégias de defesa, individuais e coletivas, têm em comum o fato de produzirem uma denegação da percepção daquilo que provoca o sofrimento. Por isso, elas têm por princípio o objetivo de encolher, anestesiar a capacidade de pensar, a fim de salvaguardar o equilíbrio psíquico, assim como a própria vida psíquica” (Dejours, 2009, p. 228). Nessa via, as estratégias se situariam do lado do preservar-se do sofrimento, elas seriam uma forma de resistência à alteração da saúde mental e, ao mesmo tempo, estão a serviço da conservação da situação vigente. Enfim: elas não questionam as pressões patogênicas do trabalho. E Dejours continua: elas têm um poder de conservação, “inclusive a conservação daquilo que faz sofrer, mesmo que isso seja paradoxal” (Dejours, 2009, p. 228).

## **Três exemplos**

Após essas considerações, vejamos alguns casos cuja análise, a meu ver, levanta alguns desafios se os considerarmos como modos de resistência. Como veremos, é incontestável que eles têm em comum o fato de responderem a um estado agudo de sofrimento provocado por condições “invivíveis” (Schwartz, 2009) no cotidiano do trabalho.

O primeiro refere-se ao relato de uma mulher que trabalhava em um grande restaurante industrial, onde dezenas de trabalhadores tinham sido diagnosticados com LER/DORT. Uma equipe de ergonomistas, médicos e psicólogos, da qual fiz parte, desenvolvia ali uma pesquisa-intervenção, a fim de diagnosticar as condições patológicas de trabalho. O absenteísmo dos empregados era elevado. Em uma reunião em que tal questão foi evocada, essa mulher expôs as circunstâncias que a levaram a ficar em casa na semana anterior. Ela disse:

[...] eu me levantei e, depois de um rápido lanche, estava pronta para ir para o trabalho. Nada de extraordinário tinha me acontecido, mas não sei como nem por quê, senti um peso sobre o meu corpo, como se eu estivesse paralisada, bloqueada. Eu não havia pensado em faltar ao trabalho, mas o meu corpo não podia mais, mesmo depois de uma noite em que, aparentemente, tinha descansado bem. Na verdade, eu estava muito desgastada ao longo das semanas e dos meses.

Se compreendermos esse episódio como uma forma de resistência, podemos nos remeter ao que Lhuilier e Roche descrevem sobre o desgaste no trabalho: “resistir significa, aqui, opor uma força a outra, que tende a destruir nossa energia para o trabalho; significa salvar, a qualquer custo, o corpo que a contém, ou pelo menos retardar o tempo de desgaste e, num prazo maior, salvar do esgotamento e da destruição” (Lhuilier & Roche, 2009, p. 12). A propósito, podemos evocar aqui a noção de “corpo-si”, a partir da qual Schwartz discute “as dramáticas do uso de si” (Schwartz & Durrive, 2009, p. 20), afirmando não saber se essas dramáticas “se passam na cabeça ou no corpo” (p. 20). Para eles, essa é uma forma de abordar a complexidade que a atividade do trabalho implica, com o objetivo de melhor compreendê-la. De fato, “o corpo-si ultrapassa todas as barreiras entre o biológico, o psíquico e o cultural. Ele é a pessoa, enquanto ela está *em atividade*: um centro de arbitragem que incorpora o social, o psíquico, o institucional, as normas, os valores...” (Schwartz & Durrive, 2009, p. 254). Para a mulher em questão, poderíamos dizer que foi o seu “corpo-si” que tomou a decisão de faltar ao trabalho. Além disso, ela contou esse episódio bem à vontade, sem qualquer simulação ou culpa, sem se vangloriar de “transgressão”. Simplesmente, não tinha qualquer explicação. No dia seguinte, ela retornaria ao trabalho, como de costume. Trata-se, então, de um gesto de resistência? Mas, como compreendê-lo? Resistência ativa, passiva, consciente, não consciente? Reação de saúde? Independentemente da resposta, acrescentamos que, mesmo ficando em casa, essa mulher estava *em atividade*, ela reafirmou seu lugar de sujeito (“corpo-si”), pouco importando se sua decisão tenha ou não sido previamente planejada.

Os outros dois exemplos que acompanhei de perto são igualmente difíceis de “classificar” como figuras de resistência. Eles foram recolhidos por Faria (2012), em uma pesquisa realizada com cortadores de cana-de-açúcar no estado de Minas Gerais. Convém ressaltar que o corte manual de cana, nesse caso, era destinado à produção industrial de açúcar e álcool. Depois dos anos 1970, houve uma intensificação significativa do trabalho nesse setor. Assim, em 1950, a média individual de produção no corte da cana era de três toneladas homem/dia. Nos anos 1980, essa média foi elevada a seis toneladas/dia, para chegar, em 2000, a doze toneladas, sendo que alguns trabalhadores chegam a cortar mais de vinte toneladas/dia. Ao mesmo tempo, os salários, pagos de acordo com a produção individual, não foram aumentados. Ao contrário, a média salarial equivalente a três toneladas/dia, em 1950, permanece praticamente a mesma nos dias atuais, obrigando cada trabalhador a se dedicar à produção de maneira desmedida. Além disso, essa atividade implica intensa exposição ao sol e à fumaça (a cana é queimada antes do corte), os equipamentos de proteção individual (EPI) são muito pesados e cobrem todo o corpo. Isso pode gerar uma perda corporal diária de até oito litros de líquido, eliminados por meio de uma transpiração incessante. Além de lesões musculoesqueléticas, o corte de cana provoca dores de cabeça, hipertensão, conjuntivite, dermatite, cãibras, dispneia, infecções respiratórias, acidentes de trabalho etc. Às vezes, o ritmo frenético dessa atividade provoca a morte súbita por exaustão, como o *karoshi* japonês. Para suportar essa situação, muitos cortadores de cana recorrem, atualmente, ao consumo de drogas, inclusive o crack. Esses detalhes nos permitem avaliar o enorme esgotamento físico e psíquico desses trabalhadores, homens e mulheres, cujo sofrimento pode conduzir a estados mais ou menos graves de distúrbios mentais.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Atualmente, o corte da cana-de-açúcar está sendo progressivamente mecanizado, utilizando grandes máquinas colheitadeiras. Uma única dessas máquinas pode substituir até cem trabalhadores que, por isso, estão agora diante de outra ameaça, o desemprego.

Voltemos então aos dois casos, de um homem e uma mulher, ambos cortadores de cana. Analisemos primeiramente o que disse o homem: “Eu não sei o que é, eu comecei no trabalho. Quando eu senti, [ali] cortando cana, eu tava sentado para tomar um café assim, quando eu vi, eu tava chorando igual a um menino, uma criancinha. Daquilo, eu não dei conta mais de trabalhar o resto do dia” (Faria, 2012, p. 99).

Pode-se compreender esse episódio como um ato de resistência? O choro surge de repente, sem a vontade do sujeito, embora ele talvez o tenha contido silenciosamente, ao longo de dias, meses ou anos. Pois bem, no resto daquele dia, ele não cortou mais nenhuma cana. Vista de fora, essa recusa a continuar trabalhando poderia ser traduzida como uma transgressão do contrato de trabalho. No entanto, nada foi premeditado, foi uma reação isolada, não partilhada e nem apoiada coletivamente. Poderíamos, então, falar aqui de uma resistência fracassada? Ou de uma impotência para resistir, essa que fez o sofrimento explodir em choro – sofrimento que Ricoeur (1992) vê como impotência para falar e impotência para agir? De fato, no dia seguinte, esse homem retoma o trabalho “normalmente”.

Quanto à sua colega do corte de cana (terceiro exemplo), sua história comporta igualmente desafios à análise. Na verdade, não é fácil explicar a que ela resistiu ou mesmo se ela resistiu a algo. Vejamos o que ela diz:

Eu tinha uma ansiedade louca, de não dar conta de sentar numa televisão, por exemplo, ver qualquer coisa na televisão, não dava conta. E uma coisa, igual, eu ainda tô doente ainda, porque eu fico debaixo da minha cama para ninguém me achar. Domingo eu entrei lá debaixo e fiquei o dia inteiro debaixo da cama. Eu mesma acho que não é normal, mas é onde que eu me sinto bem. Eu entro debaixo da cama. Tomo dois remédios, entro debaixo da cama e durmo o dia inteiro e eles não me acha (Faria, 2012, p. 100).

Essa mulher, assim como seu colega e muitos outros cortadores de cana-de-açúcar, estava sob tratamento psiquiátrico. Ela faz parte de um vasto universo de trabalhadores rurais brasileiros que sofrem de problemas psiquiátricos moderados ou severos. A esse respeito, alguns estudos sobre o meio rural brasileiro (Faria et al., 1999; Rosemberg, 2004) revelaram que 80% de trabalhadores de certas regiões fazem uso de medicamentos psiquiátricos. Isso lembra, de alguma forma, a “síndrome subjetiva comum” de fadiga nervosa, descrita por Le Guillant et al. (1956) a respeito da neurose das telefonistas. Como as telefonistas, essa cortadora de cana deve ter sentido a mesma “impressão de cansaço profundo” e de aniquilamento que sobrevinha ao fim da jornada de trabalho e mesmo fora dele, em sua casa. E, como as telefonistas, ela não suporta que alguém lhe dirija a palavra. Esse encolhimento sobre si mesma, debaixo da cama, talvez tenha sido seu melhor refúgio. Então, a mesma questão se coloca: trata-se de um ato de resistência? Um ato de saúde? Não será mais uma fuga, uma retração sem eco, junto a sua família e a seus colegas? Eu retorno a *Bartleby*, que, após seu primeiro “Eu preferiria não”, continuou seu encolhimento, até chegar ao ponto de não fazer mais nada. Nessa óptica, poderíamos comparar o trabalho nas plantações de cana ao trabalho de *Bartleby*, anterior àquele do escritório, em uma “repartição de cartas mortas”, ou seja, de cartas cujo remetente era desconhecido e, por isso, cujo destinatário não era encontrado? O manejo das cartas mortas e o corte de cana não poderiam referir-se àquilo que, através das mesmas tarefas repetitivas e sem sentido, perturbam, por fim, a própria vontade de viver?

No entanto, não se descarta que tenha havido alguns fragmentos de resistência nos casos de *Bartleby* e dessa mulher. O escrivão teve o poder de intrigar profundamente o seu chefe, que não apenas não o demitiu, mas, ao contrário, deu-lhe todo apoio até a sua morte, na vã tentativa de decifrar seu silêncio, seu enigma. Quanto à mulher, ela certamente não deixou perplexa sua família, pois esta a considerava mentalmente doente, nem seus chefes, no trabalho. Seu retraimento sobre si mesma não teve qualquer ressonância política, como algo que visasse a alguma mudança. No entanto, ela foi capaz – e isso não pode ser menosprezado –

de intrigar e mesmo de comover a pesquisadora que a entrevistou, assim como aqueles que, como eu, acompanharam a pesquisa de perto.

Relembramos, aqui, os casos da mulher do restaurante e do cortador de cana que sucumbiu em lágrimas. Esses três sujeitos nos relataram um acontecimento, um momento de suas histórias. Trata-se de um relato trivial? Definitivamente não. É nesse sentido que Clot (2000) lembra as palavras de Paulhan (1929, p. 2): “A linguagem, mais que simples meio de comunicar nosso estado de alma, torna-se um meio de levar os outros a pensar, a sentir, a agir... a palavra é, então, menos um signo e mais um meio de ação interpsicológica e social”. Se as histórias desses três trabalhadores referem-se a uma “parada no trabalho”, podemos supor que elas refletem, como sugerem Efros e Schwartz (2009, p. 46) um momento de “parada para o enfrentamento”, pois essas transgressões nos levam a “considerar seriamente a ideia de que é impossível a um ser humano olhar passivamente sua própria vida escoar longe de si, movida pela vontade de outro”. Ou seja, a conduta singular de cada um desses sujeitos se traduziria como uma maneira de “não deixar que o próprio modo de vida se torne aquele modo requerido pela onda da pressão produtivista e, muito particularmente, pelos valores e normas que a acompanham... deixando-se, poderíamos dizer, vampirizar, esvaziar-se de sua substância vital” (Lhuillier & Roche, 2009, p. 13).

## **Considerações finais**

Uma das questões que emerge nas discussões em clínica do trabalho refere-se ao alcance político das chamadas microrresistências cotidianas e menos visíveis, como a transformação do trabalho prescrito em trabalho real, além de muitas outras. Com efeito, essas transgressões podem gerar mudanças no conjunto das relações de trabalho (condições e organização do trabalho, contrato, salário, trabalho sujo etc.) e até mesmo provocar efeitos fora das organizações, no plano das relações sociais. Segundo Efros e Schwartz (2009, p. 34), “essas transgressões são parte de uma transformação contínua das situações de trabalho, assim como das mudanças da vida social em geral”. No entanto, Cottureau (segundo Lhuillier & Roche, 2009, p. 12) chama a atenção para uma possível “ruptura entre consciência militante e prática operária cotidiana” e sugere que as práticas operárias de resistência se integrem a “uma cultura mais vasta”.

Nesse sentido, perguntamos: haveria uma ligação incontestável entre as microrresistências e as clássicas lutas políticas, discutidas e organizadas contra todo tipo de exploração no trabalho? A resposta não é óbvia. Quando Canguilhem (1947) reconhece, com os biólogos, que é “próprio do ser vivo construir o seu meio”, ele acrescenta que “as reações operárias [...] devem ser compreendidas, tanto como reações de defesa biológica como reações de defesa social e, nos dois casos, como reações de saúde”. Ora, se as reações de defesa biológica e social – esta última ligada principalmente à ideia de “valores” – conduzem a reações de saúde, isso não significa que elas sejam forçosamente capazes de desembocar, por exemplo, em lutas ou conflitos com a direção da organização. Um trabalhador pode recusar-se a usar um equipamento de proteção individual em função de certos valores ou mesmo como reação de saúde, sem que isso signifique uma ação “política”. Amado e Enriquez (2009) assinalam, como já mencionamos, que cidadãos – e trabalhadores – nem sempre querem libertar-se da alienação. Se, por um lado, eles não suportam trabalhar em condições de sofrimento permanente, sob o risco de enlouquecer, por outro, eles querem contribuir, em maior ou menor grau, para a vida da organização, impulsionados pelo desejo de serem ali reconhecidos.

Acrescentamos, nessa direção, a hipótese de Linhart (2009), para quem a diferença entre trabalho prescrito e trabalho real, mesmo constituindo um espaço de resistência, pode ser

interpretada de maneira paradoxal. Com efeito, uma transgressão “serve, muitas vezes, aos interesses das empresas” (Linhart, 2009, p. 71). Da mesma forma, a contestação inscrita no trabalho real pode tornar-se uma contribuição eficaz para o sistema que se contesta, pois ela “permite tornar o trabalho mais vivível, mais suportável” (p. 72). Nas condições mais modernas de trabalho, continua a autora, as antigas formas de resistência – estas não deixaram de existir – “entram em concorrência com outras formas emergentes, que se sobressaem fortemente, pelo fato de se baterem não contra o sistema, mas contra a dificuldade de nele encontrar um lugar, contra a ausência de reconhecimento que faz sofrer, ou contra a impossibilidade de se adaptarem [ao sistema] (p. 72).

Não nos esqueçamos também de que a adesão às empresas, mesmo sob o risco de sofrimentos físicos e psíquicos graves, tem a ver com a ameaça permanente do desemprego. A esse respeito, Santos (2000) fala de uma “síndrome subjetiva do desemprego” e define as trajetórias, “a saga” daqueles que procuram emprego, como “o avesso da maldição do Gênesis”: encontrar trabalho, sejam quais forem suas condições, seria reencontrar “o paraíso”. No sentido dessa adesão forçada à empresa, um dos sujeitos entrevistados por Santos diz: “geralmente, quando estou trabalhando, não dou dor de cabeça ao patrão” (Santos, 2000, p.249). Isso nos permite pensar que a submissão, num emprego precário e conquistado a duras penas (baixo salário, intensificação do trabalho, horas extras etc.), não impediria a produção simultânea de eventuais microrresistências biológicas ou de saúde, desde que o sujeito suportasse todo o resto. No entanto, como vimos, isso não significa que essas resistências invisíveis sejam indefinidamente cúmplices da submissão. A ambivalência seria a sua riqueza ou seu enigma. Enfim, elas podem simplesmente “tornar o trabalho mais suportável” (Linhart, 2009) ou fazer germinar o embrião da resistência política discutida coletivamente. Segundo Amado e Enriquez (2011), numa perspectiva dinâmica e dialética, é preciso ressaltar que um gesto, em princípio reativo ou conservador, pode, a qualquer momento, frear o processo de assujeitamento e desencadear o poder de agir do sujeito.

## Referências

- Amado, G. & Enriquez, E. (2011). Psicodinâmica do trabalho e psicossociologia. In P. F. Bendassolli & L. A. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 99-109). São Paulo: Atlas.
- Baudrillard, J. (1968). *Le système des objets: la consommation des signes*. Paris: Gallimard.
- Baudrillard, J. (1970). *La société de consommation*. Paris: Denoël.
- Baudrillard, J. (1982). *A l'ombre des majorités silencieuses*. Paris: Denoël/Gonthier.
- Baumann, Z. (2008). *S'acheter une vie*. Paris: Jacqueline Chambon.
- Canguilhem, G. (1947). Milieu et normes de l'homme au travail. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 3, 120-136.
- Clot, Y. (2000). La formation par l'analyse du travail: une troisième voie. In B. Maggi (Org.), *Manières de penser, manières d'agir en éducation et en formation* (pp.133-143). Paris: PUF.
- Dejours, C. (2009). Résistance et défense [entrevista com Dominique Lhuillier] *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 7, 225-234.
- Efros, D. & Schwartz, Y. (2009). Résistances, transgressions et transformations: l'impossible invivable dans les situations de travail. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 7, 33-48.
- Faria, I. D. (2012). Saúde mental e trabalho rural no processo de reestruturação produtiva de uma empresa do setor sucroalcooleiro em Minas Gerais, Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Faria, N. M. X., Facchini, L. A., Fassa, A.-G. & Tomasi, E. (1999). Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil). *Revista de Saúde Pública*, 33 (4), 391-400.

- Ferreira, M. C., Araújo, J. N. G., Almeida, C. P & Mendes, A. M. B. (Orgs.) (2011). *Dominação e resistência no contexto trabalho-saúde*. São Paulo: Mackenzie.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1988). *Vocabulaire de psychanalyse* (9<sup>a</sup> ed.). Paris: PUF.
- Le Guillant, L. et al. (1956). La névrose des téléphonistes. *La Presse Médicale*, 13, 274-277.
- Levy, A. (1985). Le changement: cet obscur objet du désir. *Connexions*, 45, 173-184.
- Lhuilier, D. & Roche, P. (2009). Introduction. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 7, 7-18.
- Linhart, D. (2009). Les conditions paradoxales de la résistance au travail. *Nouvelle Revue de Psychosociologie*, 7, 71-83.
- Lipovetsky, G. (2006). *Le bonheur paradoxal. Essai sur la société d'hyperconsommation*. Paris: Gallimard.
- Marcuse, H. (1964). *One-dimensional man: studies in the ideology of advanced industrial society*. Boston: Beacon.
- Melville, H. (1853/2005). *Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street*. São Paulo: Cosac Naify.
- Paulhan, F. (1929). *La double fonction du langage*. Paris: Félix Alcan.
- Ricoeur, P. (1992). La souffrance n'est pas la douleur, *Autrement* [Série Mutations: Souffrances – corps et âme, épreuves partagées], 142, 58-69.
- Rozemberg, B. (1994). O consumo de calmantes e o “problema de nervos” entre lavradores. *Revista de Saúde Pública*, 28 (4), 300-308.
- Santos, J. B. F. (2000). *O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume.
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (Orgs.) (2009). *L'activité en dialogues – entretien sur l'activité humaine (Tome II)*. Toulouse: Octarès.

**Endereço para correspondência**  
jinga@uol.com.br